

A EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO POPULAR E A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM FISIOTERAPIA

KÁTIA SUELY QUEIROZ SILVA RIBEIRO*

RESUMO: As atividades de extensão universitária vêm ganhando espaço crescente no meio acadêmico. Entretanto, existem concepções e ideologias diversas norteando estas práticas. Nos cursos de graduação em Fisioterapia, em geral, as atividades de extensão são bastante pontuais; mesmo as que funcionam de forma mais regular têm, predominantemente, um caráter assistencialista. Este trabalho se propõe a relatar uma experiência de extensão em fisioterapia, que é realizada em uma comunidade periférica de João Pessoa e se orienta pelos princípios da educação popular. Registra-se a importância dessa experiência para a formação dos acadêmicos de fisioterapia, no sentido de lhes possibilitar uma aproximação com a realidade social da população, vivenciando a atuação na atenção básica, estabelecendo vínculos com as pessoas e organizações da comunidade, pautados no diálogo e na responsabilidade social.

Palavras-chave: Fisioterapia. Educação popular. Extensão universitária. Atenção primária.

POPULAR EXTENSION EXPERIENCE AND THE ACADEMIC TRAINING IN PHYSIOTHERAPY

ABSTRACT: University extension activities are increasing within the academic sphere. However, different conceptions and ideologies guide these practices. Physiotherapy undergraduate courses do not usually involve extension activities in a constant way, since the aspect of assistance prevails among them. This paper presents an extension physiotherapy project experience based on popular education, performed in a community in João Pessoa. The importance of

* Doutora em Educação e professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail:* katiagsribeiro@yahoo.com.br

this experience in physiotherapists training is highlighted, since it improved contacts with the social reality, the local first-level health services and the links to people and community organizations, based on dialogue and social responsibility.

Key words: Physiotherapy. Popular education. University extension. Primary health care.

Introdução

Durante muito tempo, o envolvimento em atividades de extensão foi marginalizado enquanto atividade acadêmica. Isso se dava, em parte, por uma visão equivocada que considerava a extensão como uma atividade desenvolvida por docentes que não tinham vocação ou titulação para fazer pesquisa. Nos últimos anos esse quadro vem se modificando no cenário brasileiro. O número de programas, projetos e cursos de extensão vem se ampliando, passando a contar, inclusive, com financiamento do governo federal.

Todavia, existem práticas de extensão muito diversas, refletindo as diferentes concepções que as norteiam. Muitas têm caráter fortemente assistencialista, tendo como princípio norteador a prestação de serviços à comunidade e a ideia de que a universidade estende o seu saber à comunidade. Essas atividades acontecem, costumeiramente, nos espaços acadêmicos, sem qualquer aproximação com a realidade social da população assistida. Mesmo as práticas que se realizam de forma regular e nos espaços extramuros refletem, muitas vezes, a necessidade que sentem aqueles que as realizam de “ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normalizá-la’. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo” (Freire, 1977, p. 22). Essas práticas de extensão baseiam-se em uma visão messiânica, onde sujeitos superiores vão depositar seus conhecimentos em pessoas-recipientes, não considerando e respeitando seus saberes, valores e crenças, ao contrário, impondo os valores e saberes do extensionista. Nessa concepção o termo extensão associa-se a ideia de transmissão, doação, messianismo, invasão cultural. Essas práticas coisificam o ser humano, negando-o como ser de transformação do mundo, negando, também, a constituição de conhecimentos autênticos (Freire, 1977).

Há, por outro lado, atividades de extensão que atuam nos espaços comunitários, tendo como pressuposto básico a busca de transformação

social e propondo uma troca de saberes entre a universidade e a sociedade. Dentre estas práticas merece destaque a extensão que se pauta nos princípios da educação popular (EP) e que foi denominada de extensão popular. Nessa perspectiva, a extensão busca superar o que Freire (1977) denomina de equívoco gnosiológico do termo extensão, pois este remete à ideia de que o conhecimento se estende desde aqueles que se julgam sabedores até àqueles que se julgam nada saberem. Concebe-a, outrossim, como uma prática educativa dialógica, que não se propõe a estender conhecimentos às pessoas envolvidas na ação, a manipulá-las, mas sim a considerá-las como sujeitos de decisão, de transformação.

O Plano Nacional de Extensão, documento definido a partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades, assinala a concepção de extensão como prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população. É uma prática que possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (Brasil, 2001).

A extensão popular parte dessa concepção de extensão, avançando, contudo, no que diz respeito a sua intencionalidade política. Conforme Melo Neto (2001), a extensão popular utiliza a EP como eixo teórico-metodológico, possibilitando uma extensão capaz de priorizar o diálogo, a autonomia, a troca de experiências, a valorização do saber e a amorosidade, fazendo a universidade se sentir sociedade (Melo Neto, 2001, 2004).

A EP é uma perspectiva educacional que teve seu percurso fortemente influenciado pelo pensamento de Paulo Freire, que, por onde passou, deixou as sementes de uma concepção popular emancipadora da educação (Gadotti, 1998). Os educadores que se aproximam da EP, sistematizada por ele, concebem-na, em sua maioria, como uma práxis comprometida com as classes populares e a transformação social. Buscam contribuir para que as pessoas fiquem mais fortes e construam relações sociais mais justas. O adjetivo popular se refere à perspectiva política dessa concepção de educação, ou seja, à construção de uma sociedade em que as classes populares deixem de ser atores subalternos e explorados e passem a ser sujeitos ativos e importantes

na definição de suas diretrizes culturais, políticas e econômicas (Vasconcelos, 2004).

Gadotti (1998) assinala que um dos princípios originários da EP tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, problematizando-a, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário. A incorporação dos pressupostos da EP nas práticas de extensão vem transformando essas práticas, possibilitando parcerias que envolvem estudantes, movimentos sociais, docentes, trabalhadores de saúde e educação, criando um jeito de fazer extensão numa lógica freireana e libertadora e contribuindo com a formação de profissionais mais humanos e conscientes de seu papel na história (II Seminário de Educação Popular e Saúde, 2005).

Nos cursos de Fisioterapia, em geral, predominam práticas de extensão de cunho assistencialista, muitas vezes realizadas de forma pontual, não se caracterizando como projetos de extensão. Mesmo os projetos que funcionam regularmente, em sua maioria, têm como objetivo prestar assistência à população nos serviços da própria instituição de ensino. Entretanto, já existem algumas experiências seguindo uma lógica que se aproxima da extensão popular.

A formação acadêmica em fisioterapia

As condições de surgimento e evolução da fisioterapia, que ocorreram sempre em função da necessidade de promover a reabilitação, influenciaram sobremaneira a formação acadêmica na direção de uma atuação muito voltada para o tratamento de sequelas, realizado em serviços de atenção secundária e terciária. Caracterizou-se, assim, a formação de um profissional de função eminentemente reabilitadora, voltado para questões individuais de saúde, mais direcionado às doenças e suas sequelas, atuando primordialmente em centros de reabilitação e hospitais.

A organização curricular de fisioterapia vem direcionando a abordagem para determinados problemas de saúde, com predomínio do estudo das doenças que deixam sequelas reabilitáveis, excluindo da discussão um leque de problemas de saúde comuns à população.

Essa estrutura não favorece ao acadêmico do curso de Fisioterapia uma aproximação com a realidade social da população pobre, com

o conhecimento concreto acerca do adoecimento dessa população e das estratégias de enfrentamento dos problemas. Mudanças recentes nos projetos político-pedagógicos dos cursos revelam a preocupação com a formação dos fisioterapeutas, incluindo os estágios em saúde coletiva, tentando propiciar aos estudantes a vivência na atenção básica, ampliando a qualificação profissional e a possibilidade de acesso da comunidade ao serviço de fisioterapia (Silva & Da Ros, 2007).

Os projetos de extensão que são realizados extramuros têm representado um espaço importante de vivência nesse campo. Todavia, em muitos casos essas experiências tendem a transportar para o trabalho na comunidade a lógica de atuação predominante na universidade, onde os estudantes vão depositar seus conhecimentos na população, prescrevendo normas de comportamento descontextualizadas, consideradas capazes de promover saúde em um processo de invasão cultural. A experiência em um projeto de extensão popular favorece a compreensão da inadequação dessa abordagem, buscando a complementaridade entre este saber e o saber popular, com abertura ao diálogo.

Paulo Freire aponta alguns pressupostos para o diálogo. Ele afirma que não há diálogo se não há um profundo amor ao mundo e aos seres humanos e fé no seu poder de fazer e refazer, criar e recriar, na sua vocação de ser mais. Ele diz que não há diálogo, se não há humildade, pois a auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Só há diálogo se há esperança, se os sujeitos esperam algum fruto de seu que fazer, e se há um pensar crítico (Freire, 1978).

Só há motivação para o diálogo se há esperança de que ele possa frutificar, que dele possa surgir um saber novo, compartilhado e transformador. Também só há possibilidade de interlocução, se há respeito pela diversidade cultural, pela diferença de valores, crenças e raças. Nessa perspectiva, em que há abertura do profissional para o diálogo, desponta um novo saber que toma como ponto de partida o saber popular, valorizando-o, mas também reconhecendo seus limites.

Este trabalho propõe-se a apresentar a experiência do projeto de extensão Fisioterapia na Comunidade, que tem a EP como base teórico-metodológica, explicitando a metodologia de trabalho desse projeto e salientando a relevância que a experiência vem tendo para a formação dos acadêmicos.

Metodologia de trabalho do projeto Fisioterapia na Comunidade

O projeto de extensão Fisioterapia na Comunidade é desenvolvido em um trabalho conjunto com outro projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), denominado Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF), que congrega estudantes e professores de vários cursos da UFPB. Baseando-se na estratégia de saúde da família, esse projeto propõe a participação dos estudantes assumindo a responsabilidade de fazer o acompanhamento à saúde das famílias, tendo como referencial a EP.

As atividades são realizadas em duas comunidades da periferia de João Pessoa, onde estudantes, divididos em duplas, visitam semanalmente as famílias, buscando conhecer as condições de saúde, problematizando a realidade social em que vivem, orientando quanto aos cuidados com a saúde e servindo de elo entre essas pessoas e os serviços de saúde. No decorrer dessa convivência, constroem vínculos, apoiando as famílias e aprendendo com elas. Todas as atividades do PEPASF são realizadas em parceria com a associação comunitária local, buscando contribuir com o fortalecimento da mesma.

Atualmente, dezessete estudantes dos diversos períodos do curso de Fisioterapia realizam atividades na comunidade duas vezes por semana. Além de participar das atividades do PEPASF, esses estudantes também realizam algumas ações mais específicas da profissão. Uma dessas ações é o atendimento fisioterapêutico domiciliar, face à realidade de muitas pessoas residentes nas periferias urbanas excluídas do acesso a esse tipo de atendimento. Essa modalidade de atendimento é destinada às pessoas cuja condição física e socioeconômica as impede de chegar ao serviço de saúde. São realizadas, ainda, atividades com grupos específicos, tais como de coluna, gestantes, idosos, pessoas com diabetes e hipertensão, além de outras atividades educativas coletivas.

Considerando a importância de planejar e refletir a ação de forma sistemática, a fim de que ela seja realmente práxis, são realizadas semanalmente reuniões de estudo e planejamento e, mais esporadicamente, oficinas de avaliação dos projetos. Estes projetos de extensão têm se revelado um espaço de grande fertilidade para a pesquisa e produção científica. Ao longo dos dez anos em que vêm sendo desenvolvidos, várias pesquisas têm sido realizadas, contribuindo para reorientar as práticas e produzir novos conhecimentos.

Outra característica importante dessa experiência é o papel fundamental dos estudantes na organização das atividades. Eles participam da coordenação do projeto, descentralizando o planejamento e as decisões da figura dos docentes, estabelecendo uma relação mais horizontalizada entre educadores e educandos, incentivando a autonomia dos acadêmicos e a formação de lideranças. Mesmo a seleção para entrada de novos integrantes é um processo planejado e executado pelos estudantes, com o apoio dos docentes.

Resultados e discussão

Ao longo da experiência com o projeto Fisioterapia na Comunidade, temos registrado a relevância dessa experiência para os estudantes, especialmente no que tange ao acompanhamento às famílias. Habitados, durante o curso de Fisioterapia, a desenvolver atividades de reabilitação, precisam redirecionar seu olhar da sequela a ser reabilitada para as condições de vida que comprometem a saúde. A dificuldade, demonstrada pelos estudantes que já cursavam os períodos mais avançados, em se situar nessa lógica de atuação e intervir em situações em que não havia sequelas a serem reabilitadas revelou a importância de que o acadêmico pudesse experimentar uma atuação, visando à promoção e manutenção da saúde antes de direcionar sua intervenção para a reabilitação (Ribeiro, 2005).

Cabe ressaltar a concepção de que as ações de promoção e manutenção da saúde compreendem “um processo de capacitação de pessoas para exercerem controle sobre sua saúde e seus determinantes” (OPAS, 2005), buscando melhorarem sua saúde ou reduzir os riscos à mesma e a vulnerabilidade às doenças e agravos.

Outro aspecto importante dessa experiência diz respeito à vivência na atenção básica, possibilitando que os estudantes reorientem suas práticas. Atuar na atenção básica requer do profissional a compreensão de que as ações específicas de sua profissão são insuficientes para dar conta dos problemas que comprometem a saúde das coletividades, mesmo que se trabalhe em uma perspectiva interdisciplinar. Além disso, atuar tendo como meta não apenas a cura ou reabilitação de doenças, mas, principalmente, a promoção e a manutenção da saúde é uma opção que traz implicações de ordem social, econômica e política. Pressupõe, ainda, alterações nas relações de trabalho e o enfrentamento das

opressões que marcam nossa sociedade. Um dos integrantes do projeto retrata essa percepção ao relatar que a experiência lhe fez sentir a importância do compromisso com a transformação social (Dias, 2006).

Nesse sentido é que as ações realizadas no projeto Fisioterapia na Comunidade partem do entendimento de que a questão da saúde tem suas raízes mais profundas nos problemas sociais, e que a educação em saúde pressupõe um compromisso com as pessoas marginalmente incluídas nas políticas sociais e um envolvimento na busca por melhores condições de vida. O nosso papel é contribuir com os sujeitos das classes subalternas, completando com eles a produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito (Valla, 2000).

A percepção quanto à importância da participação na organização comunitária nos faz reconhecer a insuficiência da intervenção técnica e a necessidade de contribuirmos com a luta pelos direitos básicos desses sujeitos, como forma de garantir condições mínimas de saúde. Sendo assim, o trabalho na extensão universitária na perspectiva de EP requer uma reformulação de conceitos e de reorientação de prática, o que vai se instituindo no decorrer do aprendizado. Uma das extensionistas afirmou que “você chega com aquela técnica, achando que você sabe muita coisa, vai passar muita coisa, na realidade você aprende muito mais com eles” (Ribeiro, 2001). Todavia, a EP não apenas fornece elementos teórico-metodológicos para essa atuação, mas também indica, como um caminho, o engajamento do profissional com os movimentos sociais, sem os quais dificilmente as ações de promoção da saúde podem ter resultados.

Nos últimos anos, percebemos maior clareza, por parte dos estudantes que se integram às atividades desse projeto de extensão, quanto às suas expectativas em relação à participação em um trabalho comunitário e o compromisso com a saúde daquela coletividade. Gradualmente, esses estudantes passaram a assumir as atividades do projeto, não apenas no que diz respeito à sua execução, mas, também, no tocante à organização das tarefas, seu planejamento e avaliação. Uma das extensionistas assinalou que a responsabilidade sobre o processo de gestão do projeto é de todos os participantes, o que proporciona um aprendizado coletivo, dialógico e libertador (Almeida, 2006). Desse modo, todos os integrantes se sentem responsáveis pelo trabalho, conferindo maturidade à experiência e autonomia aos

estudantes, dando oportunidade para que se revele o enorme potencial desses jovens (Lacerda & Ribeiro, 2006).

Todavia, no processo de aprendizado proporcionado por essa experiência em extensão popular, existem avanços e estagnações. Em alguns momentos, houve situações em que, diante das dificuldades decorrentes das péssimas condições materiais das pessoas, desanimamos ao sentir a insuficiência de nossas ações. Compreender que existem muitas limitações nesse trabalho, mas aprender a valorizar as pequenas conquistas em termos de mudança, ao invés de desanimar com as dificuldades, é compreender que os problemas são muito profundos para serem “curados”, mas não para serem cuidados (Vasconcelos, 1999).

No que se refere às atividades técnicas do fisioterapeuta, a EP pode facilitar sua reorientação, tomando como base o estabelecimento de uma relação onde o diálogo sirva de elemento enriquecedor do tratamento. Isso se torna possível, a partir do momento em que o profissional valoriza o conhecimento já elaborado pelo sujeito em tratamento e sua família no lidar com a doença e as estratégias de convivência com o problema. É possível uma adequação e adaptação dos recursos e procedimentos à realidade do usuário, que, tendo o seu saber e sua participação valorizados, assume o papel de sujeito no processo de reabilitação.

Às vezes, porém, mesmo tendo como princípio a EP, noções equivocadas nos fazem questionar a direção política da nossa ação. Ao longo da nossa experiência, algumas vezes nos indagamos até que ponto nossa atuação estaria servindo aos interesses dos sujeitos das classes populares ou se estaria contribuindo com a classe dominante. Ao oferecer, através da extensão universitária, um serviço de saúde a que essa população não tinha acesso, mas que deveria ser oferecido pelas instituições governamentais, nossa atuação poderia estar servindo como um paliativo para o problema, não incentivando a população na busca de seus direitos sociais.

Percebemos que esse entendimento evidencia uma limitação, a partir do momento em que exclui outras possibilidades de ação num trabalho comunitário, que vão além da visão assistencialista e caminham na direção de uma atuação como aliados dos sujeitos das classes subalternas, forma de atuar muito própria da educação popular.

A oferta de um serviço de que as pessoas estão necessitando de imediato e de que não dispõem, e sem o qual sua saúde pode ficar

seriamente comprometida, não é assistencialismo, “é humanismo básico, sem o qual nos tornamos cínicos e sem piedade” (Boff, 1999, p. 171). Prestar o atendimento, porém, não implica a inviabilidade de uma luta por transformações, uma vez que as duas coisas fazem sentido. É um desafio, portanto, articular os dois aspectos: a familiaridade com o cotidiano e o acompanhamento das lutas mais gerais.

Considerações finais

A fisioterapia vive, atualmente, um processo de alargamento da sua atuação que vem sendo construído coletivamente no seio da categoria. O projeto Fisioterapia na Comunidade é um espaço de experimentação dessa construção, na medida em que, na interação com outros profissionais, com os moradores e a partir das reflexões realizadas, podem despontar novos caminhos e possibilidades para a fisioterapia contribuir com o enfrentamento dos problemas de saúde das camadas populares.

Há peculiaridades nos projetos de extensão que marcam sua vivência, atribuindo-lhes uma forma diferenciada de atuação, particularmente nos que se caracterizam como extensão popular. Contrariando a lógica da impessoalidade reinante em muitos setores da vida acadêmica, esses projetos de extensão apresentam-se como um espaço de estabelecimentos de relações solidárias, baseadas na afetuosidade, instituindo e mantendo vínculos de amizade, aumentando a teia de relações sociais. Ademais, o contato com o cotidiano dos moradores da comunidade, seus problemas e saberes, nos impele a relativizar o saber científico, quebrando a ilusão de um saber único e as certezas definitivas.

Nesse processo de aproximação com a realidade das pessoas que vivem nas periferias urbanas, os estudantes extensionistas se assustam, se deslumbram, se encantam, ao mesmo tempo em que se revoltam com a realidade social com a qual entram em contato a partir desse trabalho. É como se, antes do envolvimento nessa atividade, as pessoas que vivem nas periferias urbanas não fizessem parte do seu mundo, embora muitas delas frequentem as suas casas na condição de trabalhadores/as domésticos/as.

A educação popular apresenta-se, nesse contexto, como um importante norteador para os profissionais e estudantes que compreendem a

saúde como direito e como conquista, e que desejam reavaliar sua prática e orientá-la em direção ao fortalecimento dos sujeitos das classes populares. Mais que um instrumental metodológico, ela é uma forma de conceber o mundo, pois indica uma ação educativa estritamente vinculada à reflexão com perspectiva de transformação, baseada no compartilhamento, na solidariedade e no aprendizado mútuo.

Recebido em abril de 2008 e aprovado em maio de 2009.

Referências

ALMEIDA, A.B. Reverberando. In: LACERDA, D.A.L.; RIBEIRO, K.S.Q.S (Org.). *Fisioterapia na comunidade: uma experiência na atenção básica*. João Pessoa: UFPB, 2006. p. 197-203.

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Brasília, DF, 2001.

DIAS, A.S. Desafios. In: LACERDA, D.A.L.; RIBEIRO, K.S.Q.S (Org.). *Fisioterapia na comunidade: uma experiência na atenção básica*. João Pessoa: UFPB, 2006. p. 211-216.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1977.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

GADOTTI, M. Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21., 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 1998.

LACERDA, D.A.L.; RIBEIRO, K.S.Q.S. A história de uma experiência da fisioterapia em um projeto de extensão comunitária. In: LACERDA, D.A.L.; RIBEIRO, K.S.Q.S (Org.). *Fisioterapia na comunidade: uma experiência na atenção básica*. João Pessoa: UFPB, 2006. p. 91-108.

MELO NETO, J.F. *Extensão universitária: uma análise*. João Pessoa: UFPB, 2001.

MELO NETO, J.F. *Extensão universitária: autogestão e educação popular*. João Pessoa: UFPB, 2004.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). *Carta de Bangkok para a promoção da saúde no mundo globalizado*. 2005. Disponível em: <<http://www.opas.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

RIBEIRO, K.S.Q.S. *Fisioterapia na comunidade: buscando caminhos na atenção primária à saúde a partir de um projeto de extensão universitária*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

RIBEIRO, K.S.Q.S. A contribuição da extensão comunitária para a formação acadêmica em fisioterapia. *Fisioterapia & Pesquisa*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 22-29, 2005.

SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE, 2., 2005, Brasília, DF. *Carta aberta do movimento extensionista presente ao evento*. Brasília, DF, 2005.

SILVA, D.J.; DA ROS, M.A. Inserção de profissionais de fisioterapia na equipe de saúde da família e Sistema Único de Saúde: desafios na formação. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1673-1681, 2007.

VALLA, V.V. *Saúde e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VASCONCELOS, E.M. *Educação popular e a atenção à saúde da família*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

VASCONCELOS, E.M. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-83, 2004.